



20/01/2020

Número: **0803949-41.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **25/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 2.700,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDECI JOSE DE MEDEIROS (AUTOR)		NEURI RODRIGUES DE SOUSA (ADVOGADO)	
ITAU SEGUROS S/A (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27558 201	20/01/2020 14:39	2638473_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08039494120198150001

ITAU SEGUROS S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDECI JOSE DE MEDEIROS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Cumprido ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e alegada invalidez.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada tenha decorrido do acidente de trânsito.**



Diante da inicial apresentada e toda documentação médica juntada, se comparada ao r. Boletim de ocorrência, podemos perceber diversas divergências na data do suposto acidente.

Veja Exa., na inicial a parte Autora informou que o alegado acidente se deu dia 28/08/2017, já no Boletim de Atendimento médico, constou o dia 25/08/2017, e mais, no documento médico juntado aos autos sob fls. Num. 19362829 - Pág. 3, foi informado um atendimento médico ocorrido em 25/07/2017, ou seja, 1 mês antes do acidente, vejamos os comparativos:

INICIAL, DATA DO ACIDENTE DIA 28/08/2017:

DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 28 de Agosto de 2017 por volta das 20:30 hs, quando trafegava pela Rua João Pessoa, no centro de Campina Grande/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 125, FAN KS, ano/modelo 2010/2011, cor Preta, de placa NKI-0078, licenciada em nome de Mailton Bezerra Lima Gomes, o qual a vítima não conseguiu encontrá-lo para que o mesmo lhe forneça a declaração de propriedade da moto acima mencionada, quando foi atingido na parte traseira por um veículo de marca, cor, placa e condutor não identificado, fazendo com que o declarante perdesse o controle de direção, sendo jogado ao solo, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamento médicos.

BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO 25/08/2017:

GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATENDIMENTO URGÊNCIA
PRONT (B.E) Nº: 1493370 CLASS. DE RISCO: **VERMELHO**
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES - CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 25/08/2017
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Suenia Costa Santos

PACIENTE: VALDECI JOSE DE MADEIROS
Endereço: NAO INFORMOU
Cidade: Massaranduba
Nome da Mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO
Responsável:
Estado Civil:
Motivo: ACIDENTE DE MOTO
Médico:
OBS FICHA:
MECANISMOS DO TRAUMA
LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)

SEXO: M
IDADE: 051
RG: 1700723
CPF: 00971948402
Data de Atendimento: 25/08/2017
Hora: 22:28:17
CRM:

Nascimento: 27/05/1966
Telefone:
Bairro: CENTRO
Nº: 0
Profissão:
CNS: 00971948402
CONVÊNIO: SUS
Especialidade:

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS
Paciente vítima de acidente motorizado (carro + moto), com lesões múltiplas e graves. Paciente com lesões extensas e graves, com lesões extensas e graves, com lesões extensas e graves. Abd.: Induração de pulmão profunda.

ALERGIA: Nega
MEDICAMENTOS:
PATOLOGIAS:
EXAME FÍSICO
PUPILAS: (X) Fotorreagentes (X) Isocóricas () Anisocóricas
Glasgow: 7 (alcoólizante) PA HGT:
A: Lesão grave, profunda, com lesão grave, profunda.
B: Lesão grave, profunda, com lesão grave, profunda.
C: Lesão grave, profunda, com lesão grave, profunda.
D: Lesão grave, profunda, com lesão grave, profunda.
E: Lesão grave, profunda, com lesão grave, profunda.

EXAMES SOLICITADOS:
() Laboratoriais (X) Ultrassonografia: Fígado
() Gasometria arterial (X) Radiografias: Tórax, Bacia
() Tomografia Computadorizada ()


SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:
Especialista: **ORTOPEDIA** / **ORTOPEDIA** às **19:00** Di:
Especialista: **ORTOPEDIA** / **ORTOPEDIA** às **19:00** Di:
MÉDICO SOLICITANTE
PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº 1 Prescrições e condutas
2 Voltar em 75 dias
3
4

1. Abuso 19. Fratura óssea fechada
2. Amputação 20. Fratura óssea aberta
3. Avulsão 21. Hematoma
4. Contusão 22. Injúria tórax/ventro
5. Crepitação 23. Laceração
6. Dor 24. Lesão tendinosa
7. Edema 25. Luxação
8. Empalhamento 26. Mordedura
9. Enfisema subcutâneo 27. Movimento tórax/parado
10. Enrugamento 28. Coito encavado
11. Equimose 29. Otorrágia
12. F. Arma branca 30. Paralisia
13. F. Arma de fogo 31. Paralisia
14. F. Cortado 32. Paralisia
15. F. Cortado 33. Queimadura
16. F. Cortado-contuso 34. Rinite
17. F. Perfuro-contuso 35. Sinal de isquemia
18. F. Perfuro-contuso 36. Sinal de isquemia



ATENDIMENTO MÉDICO OCORRIDO EM 25/07/2017, OU SEJA, 1 MÊS ANTES DO ACIDENTE:

 GOVERNO DA PARAÍBA		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	
Ficha de Acolhimento			
Nome:	Vandeci José de Medeiros		
End:		Bairro:	messeneolube
Data de Nascimento:	27.05.66	Documento de Identificação:	
Queixa:	Acidente	Data do Atend.:	25.07.17
Acidente de trabalho?	() Sim () Não	Hora:	22:20
		Documento:	
de map		Classificação de Risco	

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Outrossim, em que pese o alegado acima, caso não seja este o entendimento do Douto Juízo, havendo condenação à ré, requer a aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 6 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

